



## Redução da jornada de trabalho conquista as ruas de todo país



Sindicalistas lançam campanha pela redução da jornada em São Paulo

Campanha encabeçada pelas Centrais Sindicais foi deflagrada em todo território nacional. Objetivo é colher milhões de assinaturas para sensibilizar o Congresso Nacional a aprovar a proposta que reduz de 44 para 40 horas a jornada semanal de trabalho. A NCST e a CNTI participam ativamente da campanha. **LEIA NA PÁGINA 2 E NA MENSAGEM DO PRESIDENTE NA PÁGINA 3**

### Convenções da OIT no Congresso

O presidente Lula, com a presença das Centrais Sindicais, assinou e encaminhou ao Congresso Nacional os projetos decorrentes da adesão do Brasil às Convenções 151 e 158 da OIT que tratam, respectivamente, dos direitos dos servidores públicos à negociação coletiva e do fim das demissões sem justa causa. O presidente José Calixto Ramos falou durante o ato no Planalto (foto). **PÁGINA 5**



### Câmara aprova texto do Senado que legaliza Centrais

A Câmara dos Deputados aprovou o texto do Senado Federal que legaliza, reconhece e fixa o custeio das Centrais Sindicais. Os senadores retiraram do texto aprovado inicialmente pela Câmara a emenda que representava uma ameaça à Contribuição Sindical compulsória. **PÁGINA 8**

### Eleições em abril

A direção da CNTI já publicou edital de convocação das eleições para a escolha da Diretoria, Conselho Fiscal e Representação Profissional e Internacional. O pleito ocorrerá no dia 17 de abril (quinta-feira), a partir das 9 h, no CTE/CNTI. Uma chapa unitária foi apresentada até o prazo final de inscrições – 5 de março, com a participação e o apoio de representantes de 56 federações, numa demonstração de unidade e força da categoria industrial. Conheça a íntegra da chapa na **PÁGINA 3**.

### Mínimo já tem política permanente

O Senado já aprovou regras permanentes para o salário mínimo, cujo valor subiu para R\$ 415,00 a partir de março. Veja essa e outras matérias sobre economia na **PÁGINA 4**.

# Campanha ganha as ruas do país

**A** campanha pela redução da jornada de trabalho ganhou impulso depois que as Centrais Sindicais, entre as quais a NCST, com apoio da CNTI, promoveram a sua 4ª Marcha da Classe Trabalhadora, em Brasília, ainda no ano passado.

No dia 11 de fevereiro, em São Paulo, as Centrais realizaram um grande ato público em frente ao Teatro Municipal, na praça Ramos de Azevedo, região central da capital paulista, marcando a largada oficial da Campanha Unificada pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário.

Além de panfletagem, lideranças e militantes de diversas categorias coletaram assinaturas, movimentando as centenas de pessoas que passavam pelo local com informações sobre a campanha. O presidente da Nova Central e da CNTI, companheiro José Calixto Ramos, compareceu ao evento, quando reafirmou o compromisso das entidades que preside com “essa luta que consiste, hoje, na prioridade número um dos trabalhadores”.

Calixto acrescentou que “o movimento sindical, depois de conquistar as 44 horas semanais, vai demonstrar que é possível reduzir a jornada para 40 horas, sem prejuízo para o salário dos trabalhadores, pois os ganhos da produtividade e modernidade não podem ser apenas das empresas. Os trabalhadores querem melhorar sua



qualidade de vida, tendo mais tempo para a família e o lazer”, argumentou.

O plenário do Senado aprovou a essência do acordo firmado pelas centrais sindicais com o presidente Lula.

O Projeto de Lei de reconhecimento das Centrais havia sido desfigurado na Câmara. O relatório dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Francisco Dornelles (PP-RJ) derrotou a manobra do deputado Augusto de Carvalho (PPS-DF), que golpeava o desconto automático do imposto sindical para as entidades dos trabalhadores e mantinha para as do patronato.

## PARALISAÇÕES

Os sindicalistas pretendem colher 1,5 milhão de assinaturas em todo o País. O abaixo-assinado será entregue ao Congresso Nacional, em maio, para fortalecer junto aos parlamentares a necessidade de se reduzir a jornada de trabalho. As assinaturas serão entregues aos parlamentares como forma de pressionar pela aprovação da PEC 231/01, que estabelece a redução da jornada.



## CHINAGLIA CRIA COMISSÃO

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT/SP) (foto), criou Comissão Especial que vai deliberar sobre a proposta de redução da jornada de trabalho. A proposta de emenda à Constituição (PEC), do ex-deputado e atual senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), reduz a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais. A PEC ainda aumenta para 100% a remuneração das horas extras normais que hoje é de 50%. As horas extras laboradas nos finais de semana aumentam para 200%.



## REUNIÃO NO PLANALTO

**O**s representantes das Centrais Sindicais, entre os quais o presidente da NCST, José Calixto Ramos, reuniram-se com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, para cobrar do Governo os compromissos firmados quando da realização da 4ª Marcha da Classe Trabalhadora.

Na reunião ficou, então, acertado que o Governo encaminharia

para exame do Congresso Nacional projetos que regulamentam as convenções da OIT 158, que trata da demissão imotivada; 151, que trata da negociação coletiva dos servidores públicos; e, ainda, será constituído um grupo de trabalho para debater a participação de um representante dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas estatais federais.

## NCST com Lula

**D**iretores da Nova Central participaram de audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, junto com outras centrais sindicais, para debater uma agenda sindical no interesse dos trabalhadores.

Entre outras questões foram abordadas a tramitação da PEC 231, que trata da redução da jornada de trabalho, a proposta de modificação do custeio sindical e o reconhecimento das centrais.

A Nova Central foi representada pelo seu presidente, José Calixto Ramos; pelo secretário-geral, Moacyr Roberto Tesch, e pelo diretor de Relações Internacionais, Sebastião Soares.



José Calixto Ramos

## Mais uma vez, a luta pela redução da jornada

Muito justamente, o movimento sindical colocou na ordem do dia a redução da jornada de trabalho sem redução de salário. A 4ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em dezembro de 2008, já havia incluído essa importante bandeira entre as suas prioridades.

O fato é que o desenvolvimento econômico em nosso país já permite, há alguns anos, avanços na redução da jornada, ainda que alguns setores resistam a essa tendência mundial.

Em 1988, quando a Constituição reduziu de 44 para 40 horas semanais a jornada do trabalhador, as resistências também foram grandes e não faltaram vozes para dizer que a medida inviabilizaria as empresas.

A prática demonstrou que isso não aconteceu e que a redução da jornada representou um grande estímulo ao aumento da produtividade.

Recentemente, os jornais noticiaram que a jornada de trabalho no Brasil caiu uma hora desde 2003, ainda que a legislação não tenha sido alterada desde a Constituinte.



É a demonstração mais evidente de que, numa conjuntura de desenvolvimento econômico sustentado pelo consumo das famílias, pela produção de bens-de-capital, com emprego e produtividade em alta e com distribuição de renda, a redução da jornada é irreversível e tem um efeito altamente positivo.

Outra prova disso é o fato de algumas categorias profissionais, pelas suas características, já terem conseguido reduzir sua jornada de trabalho para menos 40 horas semanais.

O que alguns ainda não entenderam é que a introdução de novas tecnologias no processo produtivo não pode servir apenas para elevar a lucratividade das empresas, mas também para permitir a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, com o aumento do tempo para a família e o lazer.

Enfim, a modernidade deve estar a serviço não só do capital, mas também e, principalmente, do trabalho, que constrói a riqueza nacional, para que ambos possam continuar se beneficiando.

Foi assim nos países que já atingiram níveis elevados de desenvolvimento. Será assim no Brasil, pela luta, a unidade e a força de nossos trabalhadores.

Esperamos e vamos lutar para que o Congresso Nacional inclua essa matéria entre as suas prioridades, pois se trata de uma prioridade que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e soberano do país.

Presidente da CNTI e da NCST

## Previdência Social

### Resultado do Fórum nas mãos do governo

Por causa da falta de consenso entre patrões e trabalhadores sobre as principais mudanças no sistema previdenciário, os debates do Fórum Nacional de Previdência Social devem continuar. Os integrantes do Fórum, composto por representantes do Governo Federal, dos empresários, dos trabalhadores e dos aposentados, apresentaram ao Presidente Lula os resultados de mais de oito meses de debate.

As questões em que houve consenso podem ser encaminhadas ao Congresso Nacional por meio de projeto de lei. A idade mínima e o tempo de contribuição dos trabalhadores foram pontos em que não houve consenso. Os empresários querem aumentar gradualmente a idade mínima para aposentadoria, até chegar a 67 anos para homens e 62 para mulheres. Hoje, a idade mínima é de 65 anos para homens e de 60 para as mulheres.

Os trabalhadores querem que as regras passem a valer apenas para os que ainda não estão trabalhando. Outro tema que não teve consenso entre trabalhadores e governo foi a possibilidade de deixar de cobrar a contribuição da Previdência sobre a folha de pagamento das empresas e passar a cobrar sobre o faturamento líquido das empresas.

A Nova Central participou de todos os debates, sendo representada pelo presidente José Calixto Ramos e pelo diretor de Assuntos Previdenciários, Celso Amaral.

#### CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

As Centrais Sindicais pediram e conseguiram do Presidente Lula a exclusão da proposta de reduzir a contribuição das empresas para a Previdência da Reforma Tributária, que já foi encaminhada ao Congresso Nacional na quinta-feira no dia 28 de fevereiro.

Os sindicalistas argumentaram que a desoneração coloca em risco o pagamento de futuras aposentadorias e, com isso, tiveram essa garantia do Presidente. Para os dirigentes sindicais, a redução da contribuição patronal significaria uma perda de R\$ 30 bilhões para os cofres da Previdência e o governo ainda não apresentou uma forma de repor essa arrecadação.

#### REFORMA TRIBUTÁRIA

Depois de ter sido debatido por empresários, governadores, sindicalistas e outros representantes da sociedade, o projeto de Reforma Tributária foi encaminhado ao Congresso Nacional no último dia 28 de fevereiro. A proposta prevê a simplificação de impostos, a criação de um imposto único nacional e algumas medidas de desoneração da folha de pagamentos. O governo comprometeu-se em não elevar a carga tributária nacional, considerada uma das mais altas do mundo.

## Conheça na íntegra a chapa unitária da CNTI

#### Diretoria:

Presidente – José Calixto Ramos;  
Secretário-Geral - Aprígio Guimarães;  
Secretário de Finanças – Mauro Feijó Guimarães;  
Secretário de Educação – José Gabriel Teixeira dos Santos;  
Secretário para Assuntos do Trabalho e Previdência Social – Jairo José da Silva; Secretária de Trabalho da Mulher, do Idoso e do Adolescente: Sônia Maria Zerino da Silva

**Suplentes:** Aparecido José Silva, Patrocínio Bráz Concentino, Ronei de Lima, Fábio Dourado Gonçalves, Natanael Vitópria Ferreira

#### Secretários Regionais:

1ª Secretaria Região Norte: Francisco Chagas Costa  
Suplente: Ricardo Alvarez Miranda  
2ª Secretaria Região Norte: Marivaldo Nazareno Vieira da Silva – Suplente: José Jacy Ribeiro Aires

1ª Secretaria Região Nordeste: Francisco das Chagas

Viana – Suplente: Raimundo Lopes Júnior

2ª Secretaria Região Nordeste: Pedro Ricardo Filho

Suplente: José de Anchieta Araújo

3ª Secretaria Região Nordeste: Israel Ferreira de Torres

Suplente: Alvino Aquino dos Santos

1ª Secretaria Região Sudeste: Luiz Antônio Rodrigues

Suplente: Sebastião Garcia de Mattos

2ª Secretaria Região Sudeste: Ozano Pereira da Silva

Suplente: Leonardo Luiz

3ª Secretaria Região Sudeste: José Reginaldo Inácio

Suplente: Cláudio Jesus Ferreira

Secretaria Região Centro Oeste: Luiz Lopes de Lima

Suplente: José Roberto Silva

1ª Secretaria Região Sul: Geraldo Ramthun

Suplente: Nelson Luiz Bonardi

2ª Secretaria Região Sul: Altamiro Perdoná

Suplente: Egbert José Klein

3ª Secretaria Região Sul: Enio Klein

Suplente: João Nadir Pires

#### Representação Profissional e Internacional:

Antonio Carlos dos Reis, Edgard de Paula Viana, Luiz Ary Gin, José Maria Soares, Romir da Motta, Antônio Acácio Moraes do Amaral, Paulo da Silva Oliveira, José Adriano Jansen, Norival Siesz Scaglione e Luiz Fernando Daudt

#### Conselho Fiscal

Efetivos: Nivaldo Parmejani, Wanilton Reis dos Santos e Lázaro Pereira

Suplentes: José Francisco Filho, Geraldo Dionízio da Silva e Ademir Lopes Campos

# Mínimo já tem atualização permanente

**A** Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal aprovou projeto de lei encaminhado ao Congresso pelo Presidente da República que propõe estabelecer as diretrizes para a política de reajuste desse salário no período de 2008 a 2023. De acordo com o projeto (PLC 42/07, na Câmara PL 1/07), o reajuste do salário mínimo corresponderá, até 2011, à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado desde o último aumento, acrescido de percentual idêntico ao do crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrido dois anos atrás.

## PISO VAI A R\$ 415

O governo editou Medida Provisória que reajustou o valor do salário mínimo para R\$ 415,00, a partir de 1º de março de 2008. O reajuste tem como base o INPC acumulado no último ano mais o crescimento real do PIB, de acordo com a mesma proposta aprovada no Senado.

## DIEESE: VALOR DEVERIA SER DE R\$ 1.924,59

Apesar de o valor ser superior ao previsto no projeto de lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, o novo salário mínimo, de R\$ 415, ainda é inferior ao necessário para cobrir os custos de uma família, como está previsto na Constituição, aponta pesquisa do DIEESE. Pelo estudo, o salário mínimo no início deste ano deveria ser de R\$ 1.924,59.

## RENDA DO TRABALHADOR

O rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores correspondeu a R\$ 1.172,50 em janeiro, estável em relação a um mês antes, mas 3,4% maior no confronto com janeiro de 2007, segundo dados do IBGE. Na base mensal, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado tiveram aumento de 1% no rendimento médio, para R\$ 1.139,20 e os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado tiveram rendimento médio de R\$ 824,20, com elevação de 0,7%.



## APOSENTADORIAS E PENSÕES

A CAS também aprovou emenda, apresentada pelo senador Paulo Paim (PT/RS), com a finalidade de assegurar aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo. A proposta, fruto de negociação entre o Executivo, o Congresso Nacional e as Centrais Sindicais, ainda será examinada em plenário. Paim lembrou sua luta de muitos anos para que o valor do mínimo equivalêsse a US\$ 100 e as críticas que recebia, sendo chamado de “demagogo e sonhador”.

## CONSTRUÇÃO CIVIL

A Construção Civil continua sendo destaque entre os setores que mais geraram empregos em janeiro de 2008. Foram 38.643 trabalhadores a mais com a carteira assinada nas mãos, resultado recorde para um mês de janeiro, representando alta de 2,53% em relação a dezembro de 2007. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). No acumulado dos últimos 12 meses (de janeiro 2007 a janeiro de 2008), o setor foi o responsável por colocar no mercado de trabalho formal 203.690 pessoas, um crescimento de 14,92%. É a atividade econômica que mais cresceu no período, com taxa 8,89 pontos percentuais acima da média de crescimento de todo o Brasil (6,03%).

## PROJETO PREVÊ DIREITOS ÀS TRABALHADORAS

As mulheres brasileiras não poderão mais ser privadas de direitos legais por causa de má interpretação das leis que garantem direitos a todos os trabalhadores - expressão utilizada no gênero masculino, mas que engloba ambos os gêneros. O reconhecimento dos direitos femininos está previsto no PL 62/06, da senadora Ro-

seana Sarney (PMDB-MA), que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto determina que, na redação de textos legais, “qualquer referência será entendida como abrangendo ambos os gêneros, indistintamente, salvo quando houver disposição expressa em contrário”.

## NOVO RECORDE DE EMPREGOS

O mês de janeiro de 2008 obteve resultado recorde com a criação de 142.921 postos com carteira assinada, uma alta de 0,49% em relação a dezembro de 2007. No comparativo com janeiro de 2007, a alta foi de 35,5%. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego, e registram o melhor desempenho do mês na história do CAGED (em termos absolutos e relativos). Nos últimos doze meses - de janeiro de 2007 a janeiro de 2008 - o crescimento do emprego celetista foi de 6,03%.

## DESEMPREGO

Segundo o DIEESE, a taxa de desemprego permaneceu estável em janeiro, na comparação com dezembro último, em 14,2% da População Economicamente Ativa (PEA) de seis regiões metropolitanas: São Paulo; Salvador; Recife; Porto Alegre; Belo Horizonte e Distrito Federal. Em relação a janeiro dos anos anteriores, no entanto, esta foi a menor taxa desde 1998. No ano passado a variação havia atingido 15,3%.

## INDÚSTRIA

O número de empregados na indústria brasileira cresceu 2,2% em 2007 em comparação com o ano anterior. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa foi a mais elevada da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário, iniciada em 2001. Todos os 14 locais pesquisados registraram aumento no número de trabalhadores. Os destaques ficaram com os estados de São Paulo (3,5%) e do Paraná (3,1%), a Região Nordeste (1,4%) e o estado de Minas Gerais (1,5%).

TRIBUNA SINDICAL

JORNAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

### Diretoria:

Presidente - José Calixto Ramos;  
Secretário-Geral - José Sebastião dos Santos;  
Secretário de Finanças - Manuel Valadares da Fonseca Filho;  
Secretário de Educação - José Gabriel Teixeira dos Santos;  
Secretário para Assuntos do Trabalho e Previdência Social - Aprígio Guimarães; Secretária de Trabalho da Mulher, do Idoso e do Adolescente - Sônia Maria Zerino da Silva

Suplentes: Jurandir Soares da Silva, Patrocínio Braz Concentino, João Aparecido Lima, Hugo Lagreca, Ronei Lima e Izelda Terezinha Oro.

### Secretários Regionais:

1ª Secretaria Região Norte: Francisco Chagas Costa  
Suplente: Antônio Acácio Moraes do Amaral  
2ª Secretaria Região Norte: Marivaldo Nazareno Vieira da Silva  
- Suplente: Alberto Alexandre dos Santos  
1ª Secretaria Região Nordeste: Francisco das Chagas Viana

Suplente: João Batista Barbosa

2ª Secretaria Região Nordeste: Pedro Ricardo Filho

Suplente: José de Anchieta Araújo

3ª Secretaria Região Nordeste: Israel Ferreira de Torres

Suplente: José Mandú de Amorim

1ª Secretaria Região Sudeste: Luiz Antônio Rodrigues

Suplente: Paulo da Silva Oliveira

2ª Secretaria Região Sudeste: Ozano Pereira da Silva

Suplente: Ercílio Borriero

3ª Secretaria Região Sudeste: José Reginaldo Inácio

Suplente: Lázaro Pereira

Secretaria Região Centro Oeste: Luiz Lopes de Lima

Suplente: José Roberto Silva

1ª Secretaria Região Sul: Geraldo Ramthun

Suplente: Raul Erlon Cândido

2ª Secretaria Região Sul: Altamiro Perdoná

Suplente: Zeli da Silva

3ª Secretaria Região Sul: Enio Klein

Suplente: Alvaro Davi Boésio

### Representação Profissional e Internacional

Edgard de Paula Viana, Antonio Carlos dos Reis, Francisco Azevedo Amorim, José Maria Soares, Ricardo Alvarez Miranda, Antonio Carlos Pacheco de Almeida, Orlando Machado Salvador, Francisco das Chagas Almeida e Elias Piauhy Coutinho.

### Conselho Fiscal

Efetivos: Nivaldo Parmejani, Mauro Feijó Guimarães e Leonardo Luiz  
Suplentes: Edilson Maia Filho e Wanilton Reis dos Santos

Redação e Edição: Instituto Dois Candangos  
Diagramação, Arte e Fitolito: TECHNOARTE  
Impressão: STARPRINT

CNTI - Endereço: Avenida W3 Norte, Quadra 505, Lote 1  
Brasília - DF - CEP: 70.730-540 - PABX: (61) 274.4150  
Fax: (61) 274.7001 - INTERNET: [www.cnti.org.br](http://www.cnti.org.br)

# Convenções da OIT já estão no Congresso

Com a presença de representantes todas as Centrais Sindicais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou as mensagens dos projetos que ratificam as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As propostas têm o objetivo de regulamentar as convenções 151, que trata da negociação coletiva no serviço público; e a 158, que coíbe a demissão imotivada no setor privado.

O projetos já se encontram no Congresso e fazem parte de uma série de negociações que vêm sendo feitas entre as Centrais Sindicais e o Governo. Entre as ações que tiveram êxito podem ser lembradas as campanhas pelo salário equivalente a 100 dólares, a regulamentação das centrais e, sob a pressão do movimento sindical, o veto à Emendas 3, embutida no projeto que criou a Receita Federal do Brasil, a Super-Receita.

O ato de assinatura das mensagens contou com a presença dos ministros do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; da Previdência, Luiz Marinho; do Planejamento, Paulo Bernardo. Estava presente também a representante da OIT, Lais Abramo; e o secretário-geral da Presidência da República, Luiz Dulci.

O presidente José Calixto Ramos, representando a NCST, discursou durante a solenidade no Planalto, quando ressaltou "o avanço que representa para os trabalhadores as Convenções 151 e 158" e analisou sobre a agenda que o movimento sindical está discutindo com o governo e o Congresso Nacional, destacando a campanha pela redução da jornada de trabalho.

## DEMISSÃO DE TRABALHADORES

Calixto aproveitou a oportunidade para pedir ao governo a revisão da Medida Provisória editada para combater o consumo de álcool nas estradas federais "É preciso encontrarmos uma solução que, ao mes-



mo tempo, consiga enfrentar o problema do alcoolismo nas estradas, sem prejudicar os trabalhadores, que estão sendo demitidos", afirmou o presidente da NCST e da CNTI.

## FIM DA DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA

A Câmara dos Deputados já está analisando a Mensagem 59/08, do Poder Executivo, que submete à aprovação do Congresso a Convenção 158/82, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe a demissão de trabalhadores sem justa causa.

O texto permite a demissão em casos de problemas com a capacidade ou o comportamento do trabalhador e também em casos de necessidade da empresa, como problemas econômicos, tecnológicos ou estruturais, mas com direito de defesa nas primeiras hipóteses e negociação com os sindicatos, nas demais.

Não estão entre os motivos de demissão justificada a participação em entidade sindical; apresentação de queixa ou participação em procedimento estabelecido contra um empregador por supostas violações de leis ou regulamentos; a raça, a cor, o sexo, o estado civil, as responsabilidades familiares, a gravidez, a religião, as opiniões

políticas, a ascendência nacional ou a origem social; e a ausência do trabalho durante a licença-maternidade.

O trabalhador que considerar injustificada sua demissão poderá recorrer a um organismo neutro, como um tribunal, um tribunal do trabalho, uma junta de arbitragem ou um árbitro. Esses organismos poderão analisar todos os aspectos da relação para se manifestar.

A legislação nacional deverá, para evitar que recaia sobre o trabalhador todo o peso da prova, prever que o empregador deverá provar a causa justificada.

## APROVAÇÃO RÁPIDA

Representantes de Centrais Sindicais e os ministros Carlos Lupi, do Trabalho, e Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência da República, estiveram com o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, e da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, para pedir urgência na aprovação da ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT.

O senador Garibaldi Alves Filho comprometeu-se a agilizar o que ele chamou de "a medida provisória dos trabalhadores" e o deputado Arlindo Chinaglia prometeu buscar condições políticas para que os deputados aprovelem, o mais rapidamente possível, as duas convenções.

## CNTI NOS ESTADOS

### Amazonas

## Meio Ambiente e Sindicalismo

Realizou-se, em Manaus, o II Encontro Estadual do Amazonas sobre Sindicalismo e Meio Ambiente. Na ocasião, o companheiro Francisco Chagas Costa, presidente da FTI da Construção e do Mobiliário do Amazonas e secretário regional da CNTI, proferiu palestra sobre o tema.



### São Paulo



## Curso de Lobby

Com o objetivo de fixar novas estratégias para ações em 2008, a diretoria da FETI-COM/SP promoveu Curso de Lobby, entre os dias 26 a 29 de fevereiro, na sua Colônia de Férias, sob a responsabilidade da professora Regina Moreira, especialista no assunto. O curso teve um grande aproveitamento por todos os Sindicatos da categoria que estão em campanha salarial.

### Pernambuco

## Nova Sede

No último dia 7 de março, foi inaugurada a nova sede da 3ª Secretaria Regional do Nordeste da CNTI/PE e da NCST/PE, dirigida pelo companheiro Israel Ferreira de Torres.

O evento contou com as presenças de José Calixto Ramos, presidente da CNTI e da NCST; do Dr. André Negromonte, Superintendente Regional do Trabalho do Estado de Pernambuco, além de inúmeras lideranças sindicais do Estado.

Na ocasião os presentes prestaram homenagem ao presidente Calixto pela sua trajetória de dirigente sindical.

## Confraternização

A cidade de Recife/PE sediou a Confraternização de dirigentes sindicais. O evento contou com as presenças do 3º secretário da Região Nordeste, Israel Ferreira de Torres, e do presidente da CNTI e da NCST, José Calixto Ramos, além de diversas lideranças sindicais do Estado de Pernambuco.



# CNTI NOS ESTADOS

Minas Gerais

A 3ª Secretaria da Região Sudeste da CNTI, dirigida pelo companheiro José Reginaldo Inácio, promoveu várias atividades que destacamos a seguir

## Lançamento de Livro

O Livro "Sindicalismo no Brasil, os primeiros cem anos?" organizado por José Reginaldo Inácio, teve seu lançamento na Escola do Legislativo do Estado de Minas Gerais, com a presença do ministro do Tribunal Superior do Trabalho do Distrito Federal, Maurício Godinho Delgado e de José Calixto Ramos, presidente da CNTI e NCST, entre outros.



Foi eleita a diretoria da FTI Construção e Mobiliário do Estado de Minas Gerais, com participação dos seguintes representantes e dirigentes sindicais: Lazaro Pereira (Presidente FTI Construção e Mobiliário/MG), Wagner Francisco Alves Pereira (Sindicato dos Bancários/ BH), Cláudio Jesus Ferreira (Presidente da FTI do Vestuário/MG), Edilson Maia Filho (Presidente da FTI Químicas e Farmacêuticas/MG), Luciana Lima (CNTI/MG), Rogério Jorge de Aquino (Presidente STI de Calçados de BH/MG) e Osmar Antônio de Barros (Vice-Presidente da FTI Construção e Mobiliário/MG).



Reunião com dirigentes sindicais do Sindicato dos Eletricistas do Sul de Minas em Varginha/MG para discutindo assuntos pertinentes a esta categoria.

Realizou-se o VI Congresso dos Trabalhadores Extrativistas do Estado de Minas Gerais, ocasião em que foi reeleita a diretoria dessa Federação encabeçada por José Maria Soares, com a presença de Sônia Maria Zerino da Silva (Diretora da Secretaria da Mulher, do Idoso e Adolescente da CNTI).



Reunião com os dirigentes da diretoria da FTI Urbanas do Estado de Minas Gerais, para discutir assuntos de interesse da categoria.



Reunião para organização do 16º Congresso dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário Nacional, a ser realizado em julho no Estado de Minas Gerais.

Reunião com dirigentes sindicais de Juiz de Fora, na sede do Sindicato dos Comerciantes de Juiz de Fora, juntamente com Antônio da Costa Miranda (NCST/MG) para promover balanço das atividades da CNTI e NCST na Zona da Mata e em Minas Gerais.



Santa Catarina

## Farmácia do Trabalhador

A Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Campos Novos e Região inaugurou no dia 20 de fevereiro a Farmácia do Trabalhador, na cidade de Campos Novos/SC.



## Eleição em Mafra

No dia 8 de fevereiro, foi realizada a eleição do SITICOM de Mafra/SC, com a participação de Altamiro Perdoná, Secretário Regional da CNTI/SC.



## São Bento do Sul

No dia 21 de janeiro, foi realizada a solenidade de posse do Sindicato dos Servidores Públicos de São Bento do Sul/SC e região, com a presença de Altamiro Perdoná e do presidente da CNTI e NCST, José Calixto Ramos.

## FETRACONSPAR realiza Seminário

Participação de Altamiro Perdoná, secretário Regional da CNTI/SC, como palestrante do XVII Seminário de Dirigentes Sindicais da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná, realizado no município de Itapoá/SC



# CNTI NOS ESTADOS

Paraná

A 1ª Secretaria da Região Sul da CNTI, dirigida pelo companheiro Geraldo Ramthun, promoveu várias atividades que destacamos a seguir

## XVII Seminário da FETRACONSPAR

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná, presidido por Geraldo Ramthun, realizou, nos dias 28, 29, 30 e 31 de janeiro, o XVII Seminário de Dirigentes Sindicais da Construção e do Mobiliário, quando estiveram presentes 88 participantes e 13 palestrantes, entre eles, José Calixto Ramos, presidente da CNTI e da NCST; Altamiro Perdoná, presidente da



FETICOM/SC, da NCST/SC, e secretário regional da CNTI/SC; Patrocínio Braz Concentino, presidente da FTI da Construção e do Mobiliário de Goiás e Tocantins; Francisco Chagas Costa, presidente da FTI da Construção e do Mobiliário do Amazonas e secretário regional da CNTI/AM; e Aroldo Pinto da Silva Garcia, presidente da FETICOM do Rio Grande do Sul e da NCST/RS.

### Piso Regional

No dia 17 de fevereiro, o secretário regional, Geraldo Ramthun, participou da reunião na NCST/PR, para discutir o reajuste do piso mínimo regional do Paraná em 2008.



### Posses

#### Guarapuava

Tomou posse a nova diretoria do STI da Construção e do Mobiliário de Guarapuava, presidido pelo companheiro Sirlei César de Oliveira, para o mandato 2007/2011.

A CNTI, a FETRACONSPAR e a Nova Central estiveram representadas pelo companheiro Geraldo Ramthun e Sônia Maria Zerino da Silva, secretária para Assuntos de Trabalho, da Mulher, do Idoso e do Adolescente da CNTI.

#### Campo Lago

Na noite de 19 de fevereiro, foi empossada a nova diretoria do STI de Cerâmica para Construção, Pisos, Azulejos, Refratários e Similares de Campo Largo e São Mateus do Sul, presidido pelo companheiro Paulo dos Santos Ferreira, para o mandato 2008/2012.



### DIEESE

Foi realizada, dia 8 de janeiro, reunião entre o presidente da entidade, Geraldo Ramthun, e o sr. Cid Cordeiro Silva, economista e Supervisor Técnico do DIEESE/Paraná.

Dentre os temas abordados, destaque para a análise dos indicadores conjunturais da construção civil paranaense de 2007 e perspectivas para o ano de 2008.



### Eleições do SINTRACON de Curitiba

Dia 11 de fevereiro, às 18h, foi encerrado o prazo para registro de chapas da eleição que será realizada nos próximos dias 28, 29 e 30 de abril, no STI da Construção Civil de Curitiba e Região - SINTRACON.

Foi apresentada a Comissão Eleitoral composta pelos companheiros Lindomar Maximiano Kszyvy, Claudemir José de Andrade e João Soares, a chapa encabeçada pelo companheiro Domingos Oliveira Davide, atual presidente.



### SINTRIMMOC Cascavel realiza 3ª festa

Foi realizada, a 3ª Festa do STI da Madeira e do Mobiliário de Cascavel e Região - SINTRIMMOC, presidido pelo companheiro Almir Guedes Fernandes.



Na ocasião, foram distribuídos vários prêmios aos associados. Vários dirigentes sindicais de entidades da região estiveram presentes, prestigiando o evento.

### Encontro Nacional dos CPRs

O companheiro Jorge Moraes, diretor da FETRACONSPAR e representante da CNTI junto ao CPN - Comitê Permanente Nacional, esteve em São Paulo/SP, onde participou do Encontro Nacional dos CPR's, evento organizado pelo CPN.



Rio Grande do Sul

### Posse em Canela

Tomou posse a nova diretoria do STI da Construção e do Mobiliário de Canela/RS, dirigido pelo companheiro Pedro Maciel Alves. Presentes à solenidade o presidente da CNTI e da NCST, José Calixto Ramos; José Gabriel Teixeira dos Santos, secretário de Educação da CNTI e Aroldo Garcia, presidente da FETICOM/RS.



### Encontro dos Aposentados

Com apoio da FETRACONSPAR e da CNTI, foi realizado o 4º Encontro dos Aposentados do Sintracom-Londrina. O evento, promovido no dia 23 de fevereiro, reuniu mais de 120 pessoas na Sede Campestre da entidade.



### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### Curso em Niquelândia

A pedido do companheiro Cícel Joventino de Oliveira, presidente do STI Extrativas de Niquelândia e Barro Alto/GO, foi promovido o curso sobre Meio Ambiente no Local de Trabalho. Os companheiros José Gabriel Teixeira dos Santos, secretário de Educação da CNTI, e José Sebastião dos Santos, secretário geral, ministraram o curso que aconteceu no dia 15 de fevereiro.



# Câmara aprova projeto do Senado

**A** Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1990/07, aprovado pelo Senado Federal, que trata da legalização, reconhecimento e custeio das Centrais Sindicais, além de sua participação em fóruns e conselhos públicos.

Por 243 votos contra 171, foi derrotada a emenda do deputado Augusto Carvalho que pretendia acabar com a contribuição sindical compulsória, permanecendo assim o texto aprovado pelos senadores.

A matéria, embora com urgência constitucional, não foi apreciada devido ao grande número de medidas provisórias que encontram-se na pauta e que, regimentalmente, têm prioridade diante do projeto.



No final de 2007, uma forte mobilização do movimento sindical sensibilizou os

senadores que retiraram alguns contrabandos do projeto aprovado inicialmente pela Câmara dos Deputados, entre os quais a emenda do deputado Augusto Carvalho que ameaçava de morte a contribuição sindical.

As Centrais Sindicais, após reunirem-se com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e com quase todos os líderes da Casa obtiveram deles o compromisso de votar o texto aprovado pelos senadores. O presidente José Calixto Ramos participou de todos esses encontros, quando reafirmou o apoio da NCST e da CNTI ao texto oriundo do Senado, que, segundo ele, "é fruto de um amplo consenso do movimento sindical".

## Negocial ainda em debate

**O** ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, publicou nova portaria dando prazo de mais 90 dias para que o Grupo de Trabalho integrado pelas Centrais Sindicais conclua a proposta de criação da nova contribuição sindical, chamada de negocial.

O governo discute as propostas apresentadas pelos trabalhadores, representados pelas centrais sindicais; dos patrões, representados pelas confederações patronais; e pelos trabalhadores autônomos e profissionais, representados pela CNPL; e mantém negociações, também, com o Fórum Sindical de Trabalhadores (FST), que representa, principalmente, as Confederações laborais.

O projeto também cria o Conselho Nacional de Relações de Trabalho, cujo papel é promover o entendimento entre trabalhadores, Governo e patrões, no que diz respeito aos temas relativos ao mundo

do trabalho e à organização sindical. Outra atribuição do Conselho é promover a democratização das relações de trabalho, o tripartismo, a justiça social no âmbito das leis trabalhistas e das garantias sindicais. A terceira atribuição visa fomentar a negociação coletiva e o diálogo social.

O presidente José Calixto Ramos, que participa do grupo de trabalho, afirmou que "a nossa linha de conduta nessa discussão tem sido de muita cautela, para que as entidades sindicais tenham segurança jurídica em relação à nova contribuição sindical, que deve ser universal e compulsória, para garantir o financiamento dos sindicatos, federações, confederações e centrais".

Calixto salientou, ainda, que "estamos buscando construir uma proposta que não represente nenhuma ameaça ao sistema confederativo e ao princípio da unicidade sindical".

## Carvalho insiste em dismantelar entidades

Insatisfeito com o resultado da votação no Senado Federal, que eliminou a emenda de sua autoria que pretendia acabar com a contribuição sindical, o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) apresentou um novo projeto, que ganhou o número 2424/07, condicionando o recolhimento da contribuição sindical à prévia autorização do trabalhador.

É preciso que todos fiquem alertas para não permitir que propostas como essa, que visam dismantelar as entidades sindicais, sejam aprovadas pelo Congresso Nacional. O PL 2424 passará pelas Comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados em caráter terminativo.

## SECRETARIA DA MULHER

### Dia 8 de Março

## Celebração da luta e da conquista por direitos

**O** dia 8 de março relembra o trágico assassinato, ocorrido em 1857, na cidade de Nova York, de 129 mulheres operárias de uma fábrica têxtil que lutavam pela redução de jornada de trabalho de 14 para 10 horas, e pelo direito à licença maternidade. Portanto, esta data foi proclamada como Dia Internacional da Mulher. Celebramos a continuada luta das mulheres pelo espaço e pelos direitos que devemos ter em todos os aspectos da vida social.

Mesmo com a crescente participação feminina em diversos setores da sociedade na política, no mundo empresarial, nas direções de empresas, na organização sindical etc... a discriminação social e a violência doméstica são ainda os mais graves problemas sociais enfrentados diariamente pelas mulheres, sobretudo nas camadas mais pobres da população. Isso acontece mesmo estando as mulheres à frente de 30% dos domicílios do Brasil.



Nestes quatro anos de existência a Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso, e do Adolescente da CNTI, em esforço integrado, harmônico e construtivo com os demais diretores, Federações, Sindicatos e colaboradores não poupou esforços para

o cumprimento do trabalho voltado às mulheres industriárias do plano CNTI, no sentido de melhorar as condições de vida, de trabalho e bem estar social. Parabéns a todas que ousam acreditar que podemos compartilhar direitos e escrever uma nova história de igualdade de gênero. Que os sacrifícios de outrora sirvam de incentivos para conquistas futuras. Salve Dia Internacional da Mulher.

## Pará Encontro de mulheres

Sob a patrocínio da CNTI, através de sua Secretaria Regional Norte e da Secretaria para Assuntos de Trabalho da Mulher, do Idoso e do Adolescente, foi realizado, em Belém (PA), nos dias 4 e 5 de março, o 3º Encontro de Mulheres Trabalhadoras na Indústria do Pará. O encontro teve, ainda, a parceria da FTI do Estado do Pará - FETIP e das empresas Socôco, Amacôco e Amafibra.

O evento contou com a presença do presidente José Calixto Ramos, que proferiu palestra sobre a importância da implantação da Nova Central Sindical de Trabalhadores nos Estados do Pará e Amapá.

Outros temas de interesse da mulher foram discutidos, como a questão da capacitação e formação no mercado de trabalho, em sua ascensão na sociedade, na busca de novos espaços, igualdade e reconhecimento em todos os papéis que desempenha.